

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-514-3 DOI 10.22533/at.ed.143190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1 1

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

[Felipe Queiroz](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906071

CAPÍTULO 2 18

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

[Alexandre Fernandes Corrêa](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906072

CAPÍTULO 3 31

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

[Fabiana Marissa Etzel Barddal](#)

[Ricardo Lobato Torres](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906073

CAPÍTULO 4 40

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

[Eliane Fátima Voitena](#)

[Maysa Nuernberg de V. Costa](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906074

GÊNERO: DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 5 47

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

[Maysa N. de Vasconcellos Costa](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906075

CAPÍTULO 6 57

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

[Natália Schettine Marques](#)

[Milena Cirqueira Temer](#)

[Fernanda Franklin Seixas](#)

[Andréia Almeida Mendes](#)

[Lídia Maria Nazaré Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906076

CAPÍTULO 7	67
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	
Virginia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1431906077	
CAPÍTULO 8	75
HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA	
Cátia Brito dos Santos Nunes	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1431906078	
CAPÍTULO 9	82
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA	
Péricles Sena dos Santos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.1431906079	
IDENTIDADE E CULTURA	
CAPÍTULO 10	91
BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO	
Rafael Fermino Beverari	
DOI 10.22533/at.ed.14319060710	
CAPÍTULO 11	105
DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO	
Patrícia Aparecida Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Leonardo Gomes de Souza	
Paulo César Risso de Souza	
Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes	
Ivete Monteiro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060711	
CAPÍTULO 12	116
DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL	
Bárbara Cristina Kruse	
Leonel Brizolla Monastirsky	
DOI 10.22533/at.ed.14319060712	
CAPÍTULO 13	125
IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP	
Lucas do Nascimento Souza	
Tatiana Ribeiro de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.14319060713	

CAPÍTULO 14 138

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

[Wallace Faustino da Rocha Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060714

CAPÍTULO 15 155

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

[Maria Antônia Valadares de Souza](#)

[Heber Rogério Grácio](#)

[Airton Cardoso Cançado](#)

[Nayara Silva dos Santos](#)

[Gislâne Barbosa](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060715

CAPÍTULO 16 167

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

[Cristiane Aparecida Rodrigues](#)

[Mariana Luana Martins](#)

[Lidiane Hott de Fúcio Borges](#)

[Amanda Dutra Hot](#)

[Germano Moreira Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060716

CAPÍTULO 17 180

AVALIAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

[Hudson Romário Melo de Jesus](#)

[Lilian Rebellato](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060717

CAPÍTULO 18 193

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

[Celina Fernandes Almeida Manso](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060718

CAPÍTULO 19 207

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

[Mariana Datria Schulze](#)

[Andrieli do Canto Nunes](#)

[Denise Vieira Taborda](#)

[Isabela Holz](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060719

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 20 218

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

[Laryssa Aguiar Melo](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060720

CAPÍTULO 21	232
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO	
Luana de Almeida Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.14319060721	
CAPÍTULO 22	244
AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
Sandro Rautenberg	
Paulo Ricardo Vивиurka do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060722	
CAPÍTULO 23	261
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.14319060723	
CAPÍTULO 24	279
REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN	
Wallace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.14319060724	
CAPÍTULO 25	288
UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES	
José Carlos de Souza	
Rosane Aparecida Moreira	
Roque Kleiber Silva Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.14319060725	
CAPÍTULO 26	296
A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO	
Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu	
Luédlley Raynner de Souza Lira	
DOI 10.22533/at.ed.14319060726	
CAPÍTULO 27	305
BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES	
Márcio da Silva Finamor	
DOI 10.22533/at.ed.14319060727	
SOBRE A ORGANIZADORA	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Fabiana Marissa Etzel Barddal

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Curitiba - Paraná

Ricardo Lobato Torres

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Curitiba - Paraná

Democracia participativa. Controle Social.

PUBLIC POLICY MANAGERS: INSTRUMENTS OF PARTICIPATORY DEMOCRACY AND SOCIAL CONTROL IN THE MUNICIPALITY OF CURITIBA

RESUMO: Este resumo estendido foi elaborado como parte inicial de pesquisa de mestrado e apresentado no II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas, em 2017. O objetivo foi apresentar o panorama dos Conselhos Municipais de Curitiba, no ano de 2017, classificados enquanto conselhos *sociais*, em relação às possibilidades de garantia da democracia participativa e controle social. A pesquisa foi dividida em três fases: fundamentação teórica, coleta de dados no *site* do Portal e análise e discussão dos dados. Concluiu-se que os conselhos gestores são instâncias com potencial para promover a democracia participativa e o controle social sobre as políticas públicas, condições favorecidas pela indispensável deliberação. Esta investigação pode favorecer a adesão dos cidadãos aos conselhos, proporcionando o fortalecimento da gestão pública compartilhada, contribuindo com a redução das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Conselhos gestores.

ABSTRACT: This extended summary was prepared as an initial part of master's research and presented at the II International Interdisciplinary Symposium on Applied Social Sciences in 2017. The purpose was to present the panorama of the Municipal Councils of Curitiba in 2017, classified as social councils, in relation to the possibilities of guaranteeing participatory democracy and social control. The research was divided into three phases: theoretical foundation, data collection on the Portal website and analysis and discussion of the data. It was concluded that the management councils are instances with the potential to promote participatory democracy and social control over public policies, conditions favored by the indispensable deliberation. This research can favor the citizens' adherence to the councils, providing the strengthening of shared public management, contributing to the reduction of social inequalities.

KEYWORDS: Management councils. Participatory democracy. Social Control.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil apresentou-se, entre os anos 1990 e 2017, como um laboratório de experiências de participação democrática nas três esferas de governo. A democracia participativa institucionalizada propõe formas de relacionamento entre Estado e sociedade civil, possibilitando a participação do cidadão e de segmentos sociais na formulação de políticas públicas, por meio da descentralização administrativa da gestão pública. Tal descentralização foi um dos aspectos responsáveis pelo surgimento dos conselhos gestores de políticas públicas, conferências e orçamentos participativos no Brasil, cada qual com características peculiares (GOHN, 2016; LÜCHMANN, ALMEIDA, GIMENES, 2016; DAGNINO, TEIXEIRA, 2014).

Os conselhos gestores de políticas públicas apresentam-se como experiências inovadoras com potencial democrático no Brasil. São canais de participação onde é possível o cidadão e os grupos sociais organizados abordarem problemas e demandarem novos direitos ao poder público. Estas arenas de discussão podem oportunizar a participação nas decisões políticas, o que possibilita concretizar inserções na agenda política, além de exercer o controle social sobre o Estado (GOHN, 2016). Estas características precisam estar previstas por meio da definição das competências estabelecidas nas legislações pertinentes, na forma de composição da estrutura organizacional, bem como nas condutas de cada conselho.

Pretendendo fomentar descobertas e discussões pertinentes ao contexto conselheirista, este estudo objetivou mapear o panorama dos Conselhos Municipais de Curitiba, no ano de 2017, classificados enquanto conselhos *sociais*, em relação às possibilidades de garantia da democracia participativa e controle social. O panorama foi estabelecido conforme informações constantes na legislação de criação e regimento interno dos conselhos, e disponíveis no Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba.

Este resumo estendido foi elaborado como parte inicial de pesquisa de mestrado e apresentado no II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas, em 2017. Para tanto, o estudo foi dividido em três fases: a primeira se constituiu na fundamentação teórica; a segunda tratou da coleta de dados disponíveis no Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba (<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br>), sobre os conselhos classificados como *sociais*; a terceira fase contemplou o diálogo entre as duas primeiras.

Postula-se oferecer uma contribuição prática por meio do referencial teórico e do diagnóstico empírico sobre a democracia participativa, com vistas a agregar reflexões sobre a participação no município de Curitiba, o que justifica o estudo.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como reflexo das transformações, lutas e conquistas desencadeadas pela

redemocratização e pela Constituição Federal de 1988, o cenário da gestão pública possibilita incorporar a participação direta dos cidadãos no exercício do poder. Percebe-se a consolidação de múltiplas instituições de democracia participativa, as quais podem ser apropriadas como formas diferenciadas de inserção da sociedade civil na deliberação das políticas públicas (AVRITZER, RAMOS, 2016; PEREIRA *et al.*, 2016; DIEGUES, 2013).

2.1 Democracia participativa e controle social

A participação cidadã adquire o significado de participação da sociedade civil no governo, compartilhando responsabilidades de maneira sistematizada e disputando espaço no aparato governamental e na definição da agenda pública. Portanto, é o resultado do papel ativo do cidadão, interagindo e influenciando no processo de tomada de decisão pública. A participação assim caracterizada tende a integrar sociedade e Estado, em uma luta para que este último cumpra com seu dever (GOHN, 2016; GOMES, 2015; SECCHI, FEIJÓ, ITO, 2015; DIEGUES, 2013).

Na *arquitetura* da democracia participativa brasileira destacam-se os conselhos gestores de políticas públicas, objeto deste estudo. Tais instituições são constituídas pelo cidadão comum ou pela sociedade organizada, e pelo poder público, sendo vinculados à diversas áreas públicas e temáticas transversais. Percebe-se que alguns conselhos estão presentes quase em todos os municípios brasileiros, devido à rápida regulamentação pela legislação e à vinculação dos conselhos ao recebimento de recursos destinados às áreas sociais, por exemplo (GOHN, 2016; PEREIRA *et al.*, 2016; GOMES, 2015; KLEBA, COMERLATTO, FROZZA, 2015; BUVINICH, 2014; DAGNINO, TEIXEIRA, 2014).

A definição de controle social contemplada para este estudo refere-se a “um controle ascendente, associado à responsividade e à responsabilização do governo em uma relação constante e não eleitoral com a sociedade” (GOMES, 2015, p. 904). Acrescente-se que

(...) todo controle social requer participação, e que toda participação só é possível em estados que mais do que se intitularem democráticos, recebem e desenvolvem em seu meio pressupostos culturais, sociais, políticos e educacionais que privilegiam a existência de cenários de interlocução das demandas públicas, permitindo uma verdadeira atuação da sociedade sobre ela mesma. (BITENCOURT, PASE, 2015, p. 294).

Em vista disso, os conselhos também têm a responsabilidade de promover os controles político e social da administração pública. Para isto, devem acompanhar as ações da administração, verificando se estão pautadas legalmente e se atendem à finalidade do bem-estar coletivo (KLEBA, COMERLATTO, FOZZA, 2015; DIEGUES, 2013).

2.2 Conselhos gestores de políticas públicas

Houve uma ampliação significativa no número de conselhos municipais, principalmente por volta de 1996, quando os municípios passaram a criar seus conselhos, o que ficou conhecido como *febre conselheirista*. Um dos principais objetivos para a implementação destas instituições era o recebimento de recursos destinados à área social. Defende-se, a partir de então, que o poder de decisão governamental não estaria limitado apenas aos gestores públicos, mas sim compartilhado entre representantes da sociedade civil e do Estado (AVRITZER, RAMOS, 2016; GOHN, 2016; PEREIRA *et al.*, 2016; ALMEIDA, CAYRES, TATAGIBA, 2015).

Considerados o principal canal de participação popular, os conselhos podem apresentar variações na natureza de suas competências, possuindo funções diversificadas para as políticas públicas setoriais. Integram-se a órgãos públicos do Poder Executivo, prevendo o equilíbrio entre as representações governamentais e não governamentais (paritário, bipartite, tripartite, etc.) (LÜCHMANN, ALMEIDA, GIMENES, 2016; GOHN, 2016; ALMEIDA, CAYRES, TATAGIBA, 2015; GOMES, 2015; BUVINICH, 2014; DAGNINO, TEIXEIRA, 2014).

As competências ou funções dos conselhos devem ser claras em sua legislação, porém, poucos autores aprofundam o debate referente aos elementos classificatórios destas competências (GOHN, 2016; BUVINICH, 2014). De acordo com suas competências, os conselhos podem ser consultivos, deliberativos, normativos, fiscalizadores, controladores. Ressalta-se que os conselhos podem apresentar combinações heterogêneas destas competências (BUVINICH, 2014). Nesse tocante, a função deliberativa ganha relevância, uma vez que se refere ao cenário no qual os envolvidos intentam chegar a um consenso, intermediado pelo intercâmbio de razões e argumentos, capacidade de análise, proposição, e controle social dos atores desta arena (KLEBA, COMERLATTO, FROZZA, 2015; SECCHI, FEIJÓ, ITO, 2015).

Não existe um padrão para o funcionamento destes canais participativos. Embora a constituição dos conselhos seja prevista como uma obrigação legal nas esferas nacional, estadual e municipal, e ser por intermédio do arcabouço institucional que se materializa o exercício da cidadania, são as distinções que eles apresentam que podem ser analisadas enquanto indicadores de participação e mobilização da sociedade civil (SABIONI *et al.*, 2016; BUVINICH, 2014).

3 | MÉTODO DE PESQUISA

Uma parceria entre a Prefeitura de Curitiba e o Núcleo de Estudos em Instituições (NINST) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná possibilitou, em março de 2015, o início da

implementação do Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba. Tinha por objetivo fortalecer a democracia participativa por meio do diálogo e da transparência no município. Disponibilizado virtualmente, o Portal agrega, em um único local, informações sobre os conselhos de Curitiba, o que pode facilitar o acompanhamento das ações do poder público municipal por parte dos cidadãos.

O Portal classifica os conselhos enquanto administrativo e fundo público (com 13 conselhos), fiscal (com 8 conselhos), cidade e meio ambiente (com 6 conselhos), e social (com 21 conselhos), esta última classificação trata-se do universo de análise estabelecido para este estudo. O Portal viabiliza que os conselhos insiram informações sobre: calendário de ações do conselho, notícias, localização, composição, legislações, atas/deliberações, eventos, links relacionados e o *fale com o conselho* (CURITIBA, 2017).

Na última semana de agosto de 2017 foram coletados os dados para esta pesquisa, fase esta que sucedeu a revisão de literatura sobre os assuntos pertinentes à democracia participativa, controle social e conselhos. Optou-se por este cenário devido à Prefeitura ter a intenção de disponibilizar, em um único *site*, o máximo de informações possíveis referentes aos conselhos municipais. Este instrumento colaboraria com a publicização e transparência das ações destes canais de democracia participativa, em acordo com a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação.

O Quadro 1 relaciona os conselhos classificados como *sociais* no município:

NOME DO CONSELHO	SIGLA
Comissão Municipal de Direitos Humanos	CMDH
Conselho Municipal da Economia Popular Solidária	CMEPS
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	CAE
Conselho Municipal de Assistência Social	CMAS
Conselho Municipal de Cultura	CMCC
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente	COMTIBA
Conselho Municipal de Educação de Curitiba	CME
Conselho Municipal de Esportes	CME
Conselho Municipal da Juventude	CMJ
Conselho Municipal de Política Étnico Racial	COMPER
Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas	COMPED
Conselho Municipal de Saúde	CMS
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba	CONSEA
Conselho Municipal de Turismo	COMTUR
Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho	CMERT
Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Curitiba	CMPC
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	CMDM
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	CMDPI
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	CMDPCD
Conselhos de Escola	
Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município de Curitiba	

FONTE: os autores com base no Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba (2017).

Estabeleceu-se como delimitação de análise a necessidade do conselho disponibilizar a legislação de criação ou o regimento interno na página do Portal, ou ainda, suas abas remeterem a outro *site* que as disponibilizasse. Assim, o escopo do estudo passou de 21 para 16 conselhos, sendo excluídos: os Conselhos de Escola, por serem conselhos referentes aos interesses de cada unidade escolar e por estarem contemplados no Conselho Municipal de Educação; o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município de Curitiba, por não disponibilizar qualquer informação na página do Portal; os Conselhos Municipais de Cultura e da Juventude, e a Comissão Municipal de Direitos Humanos, que apenas informavam o número do ato legal que os instituiu.

A tipologia classificatória a respeito das funções ou competências dos conselhos foi uma das dificuldades da pesquisa, pois as legislações estabelecem tais funções de maneira explícita (exemplo: consultiva, deliberativa), no entanto, não descrevem o que depreendem de cada uma, a única exceção a este fato é o Conselho Municipal de Educação. Assumiram-se para este estudo apenas as capacidades que pertencem à seguinte classificação: consultivo, deliberativo, controlador, fiscalizador e normativo, baseado em pesquisa do IBGE (2014). Sendo que, um conselho gestor de políticas públicas pode apresentar uma combinação das capacidades citadas.

Nos mesmos documentos legais, procedeu-se um levantamento complementar sobre a forma de composição dos conselhos (composição por eleição, entidades predefinidas, processo seletivo, indicação de autoridade e mista), para a definição dos representantes das áreas governamental e não governamental. Esta classificação baseou-se no estudo do IPEA (2013), objetivando permitir perceber como a participação está contemplada nestas instituições.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A não existência de uma regulamentação que padronize as implementações dos conselhos enquanto canais de democracia participativa, leva ao exercício dessa participação em diferentes formatos (SABIONI *et al.*, 2016; BUVINICH, 2014). Este aspecto pode ser observado como um dos fatores para a variação quanto à inserção institucional e às competências observadas nos conselhos *sociais* de Curitiba, corroborando com os estudos de Buvinich (2014), por exemplo.

A coleta de dados identificou, pelas atribuições descritas nas legislações, que a totalidade dos conselhos analisados é deliberativa, competência mais importante para a participação efetiva e o controle social das ações do poder público. Embora nem todas as competências estejam explícitas com os termos adotados para este

estudo, elas estão previstas e amparadas em lei. Portanto, aos conselhos estão asseguradas as diferentes competências. No entanto, alguns estudiosos alertam: na prática, os conselhos estariam materializando certo protagonismo de atores da sociedade civil, porém, restringindo-se apenas ao caráter consultivo, sem poder de decisão ou deliberação (GOHN, 2016).

A representatividade governamental e não governamental foi característica unânime detectada entre as instituições. Os 16 conselhos contemplam a forma de composição mista, ou seja, apresentam combinação de diferentes formas para a definição de seus representantes. Do total de conselhos analisados, 12 adotam a eleição como uma das formas para sua composição. Neste caso, as exceções são: Educação, Esportes, Turismo e Patrimônio Cultural. Além disso, cinco conselhos estabelecem previamente entidades/instituições da área não governamental em suas legislações: Educação, Esportes, Segurança Alimentar, Turismo e Patrimônio Cultural. Já a área governamental é estabelecida por indicação de autoridade em todos os conselhos.

A importância sobre a análise da forma de composição dos conselhos está no fato de que esta pode dar pistas sobre como a democracia participativa representativa é capaz de se efetivar nestes canais institucionais. Reflexões referentes à legitimidade da democracia participativa originam-se destas percepções. O processo democrático de escolha dos representantes deixa a desejar em caso de definição prévia pelas legislações dos conselhos e/ou indicação de autoridade, como é o caso de cinco conselhos (GOMES, 2015).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conselhos, entre os variados canais de democracia participativa, se consolidaram e estão sendo apropriados pela sociedade civil enquanto espaços compartilhados de gestão de políticas públicas. Percebeu-se que a questão do desenho institucional (estrutura organizacional e competências) é fundamental para possibilitar a garantia e legitimidade das ações dos conselhos, o que poderá permitir que suas demandas cheguem até a agenda política, planos e orçamentos governamentais.

O estudo permitiu perceber garantias legais para a prática da democracia participativa e do controle social sobre as políticas públicas, indicando favorecimento a uma maior participação popular na gestão pública. A realidade detectada possibilita a inclusão dos conselhos *sociais* de Curitiba como parte do processo de gestão descentralizada e participativa, em arena de atores deliberativos e paritários.

Porém, deve ser considerada a necessidade de avanços de estudos sobre a atuação prática destas instituições, ou seja, necessidade de investigação da *praxis* conselheirista, uma limitação detectada para este estudo e que pode ser sanada com futuras pesquisas. A legitimação destes canais passa pela efetiva apropriação

do espaço e não apenas na condição da sua institucionalização, sendo primordiais o caráter deliberativo e o papel democratizante atribuído aos conselhos para implementação e execução das atividades conselheiristas.

Aspira-se que esta investigação possa contribuir para potencializar a adesão dos cidadãos à participação e ao controle social, proporcionando fortalecimento à gestão pública compartilhada, reduzindo as desigualdades sociais. Os resultados obtidos neste artigo, bem como as reflexões teóricas que o embasaram direcionam para a necessidade de novos estudos sobre a participação democrática, buscando analisar se as deliberações estão acontecendo no interior dos conselhos e em que medidas estas estão sendo incorporadas como políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; CAYRES, Domitila C.; TATAGIBA, Luciana. Balanço dos estudos sobre os conselhos. **Lua Nova**, São Paulo, n.94, 2015, pp. 255-294.

AVRITZER, Leonardo; RAMOS, Alfredo. “Democracia, escala y participación. Reflexiones desde las instituciones participativas brasileñas”. **Revista Internacional de Sociología**, v.74, n.3, jul/set, 2016.

BITENCOURT, Caroline M; PASE, Eduarda S. A necessária relação entre democracia e controle social: discutindo os possíveis reflexos de uma democracia “não amadurecida” na efetivação do controle social da Administração Pública. **Revista de Investigações Constitucionais**, v.2, n.1, 2015, pp.293-311.

BUVINICH, Danitza P.R. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: v.48, n.1, jan./fev., 2014, pp.55-82.

CURITIBA. **Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba**. Disponível em: <<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. de 2017.

DAGNINO, Evelina; TEIXEIRA, Ana C. C. The participation of civil society in Lula’s government. **Journal of Politics in Latin America**, v.6, n.3, 2014, pp.39–66.

DIEGUES, Geraldo C. O controle social e participação nas políticas públicas: no caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social**, v.4, n.6, mai./out., 2013, pp. 82-93.

GOHN, Maria da G. Gestão pública e os conselhos: revisitando a participação na espera institucional. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.10, n.3, 2016.

GOMES, Eduardo G.M. Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente. **Cadernos EBAPR.BR**, v.13, n.4, out./dez., 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2013**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2013/munic2013.pdf>. Acesso em 01 jun. 2017.

IPEA - *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. **Conselhos Nacionais**: perfil e atuação dos conselheiros – 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriofinal_perfil_conselhosnacionais.pdf>. Acesso em 18 mai. 2017.

KLEBA, Maria E; COMERLATTO, Dunia; FROZZA, Kenia M. Instrumentos e mecanismos de gestão:

contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.49, n.4, jul./ago., 2015, pp.1059-1079.

LÜCHMANN, Lígia H. H.; ALMEIDA, Carla; GIMENES, Éder R. Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.59, n.3, 2016, pp. 789 - 822.

PEREIRA, Rafael M. *et al.* Conselhos Gestores de Políticas Públicas: relações entre Estado e sociedade civil no contexto local. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v.5, n.1, jan./jun., 2016.

SABIONI, Marjorie *et al.* Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n.3, 477-500, maio/jun., 2016.

SECCHI, Leonardo; FEIJÓ, Juliana K. ITO, Letícia K. Efeitos da urgência sobre o nível de participação em processos deliberativos. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v.14, n.3, set./dez., 2015, pp. 905-924.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueologia 180, 182, 191

C

Cinema 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 104

Conselhos 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 43

Controle social 46

Cultura 5, 15, 25, 28, 35, 36, 91, 104, 105, 119, 120, 123, 144, 180, 189, 190, 191, 192, 231, 264

D

Democracia 5, 31, 33, 38

Desigualdade 47, 56

E

Estado 5, 1, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 60, 62, 63, 64, 85, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 153, 154, 157, 159, 162, 164, 169, 170, 174, 176, 177, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 206, 237, 238, 265, 267, 269, 278, 321

F

Família 57, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 321

G

Gênero 5, 39, 47, 56, 67, 73, 114

H

Homofobia 78

I

Identidade 5, 24, 162, 270, 271

Impeachment 15

Informação 35, 88, 232, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 260, 295, 305, 308, 315, 319

M

Morte 137, 296, 301

N

Nação 24, 29, 115, 117, 177

Niilismo 304

P

Pobreza 67

Poder 34, 167, 179

Preconceito racial 207

Produção de conhecimento 261

T

Território 5, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

U

Umbanda 207, 208, 217

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-514-3



9 788572 475143